

Cortes agravam crise na Ufal

Sem recursos e pessoal suficiente, universidade enfrenta redução sem precedentes nos investimentos e pode ter a expansão ao interior prejudicada

NIVIANE RODRIGUES
REPÓRTER

Uma situação dramática. É como definem professores da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) o momento vivido pela instituição pública criada em 1961 – que tem sua concepção fundamentada na tríade ensino, pesquisa e extensão –, hoje ameaçada de perder os dois últimos pilares e se resumir apenas ao primeiro deles: o ensino.

A ameaça à função social da instituição, que assusta aqueles que acreditam na pesquisa como fator determinante para o desenvolvimento de um País, bate à porta da universidade ao longo dos últimos anos e virou um fantasma com a crise econômica nacional que atinge em cheio a educação pública superior. Sem recursos nem pessoal suficiente, a pesquisa para.

Os avanços obtidos são inegáveis. No entanto, as perdas que começaram a ser contabilizadas desde o momento que o prenú-

cio do que seria uma crise financeira virou realidade são hoje uma dor de cabeça para aqueles que temem ver escorregar pelo ralo todas as conquistas que levaram mais de meio século para serem alcançadas.

A semana que passou trouxe mais incertezas para quem luta por um ensino superior público de qualidade. As previsões, que já eram nada animadoras, agravaram com o anúncio, pelo governo federal, de um pacote de medidas que passa por cortes profundos em despesas e investimentos em todos os setores, entre eles a educação. Vinte e seis bilhões de reais, é o que pretende economizar o governo em 2016 para tentar sobreviver à crise.

Cortou “pela cepa” o orçamento público e com ele a destinação de verbas para instituições como as universidades públicas federais, que já haviam tido redução significativa em seus orçamentos.

Agora, vão dispor de muito menos para tocar o funcionamento do que



FOTOS: DÁRCIO MONTEIRO

Acesso à Ufal fechado por servidores em greve: instituição não tem aulas há mais de três meses

já existia e prosseguir com investimentos iniciados, como é o caso de construções de novos prédios, expansão do ensino para o interior do Estado, manutenção de bolsas de estudo, de trabalho e de pesquisa, concurso público para cobrir a defasagem de pessoal nos cursos mais recentes e naqueles onde houve aposentadorias ou desligamento de professores e pessoal adminis-

trativo. Não haverá dinheiro suficiente para nada disso. É o que afirmam os docentes, em greve desde o dia 28 de maio passado.

Os professores cobram reposição salarial correspondente a perdas inflacionárias e uma pauta que inclui diversos itens, que passam pela “sobrevivência” da universidade pública e gratuita com qualidade, distante, bem distante, do rebaixamento que

os docentes consideram vencer hoje, quando, segundo eles, a instituição caminha para se transformar em um “escolão”.

Não há negociação com o governo federal; não há sinalização para o fim do movimento paredista. Enquanto isso, a universidade, que tem 30 mil alunos, contando com o Ensino a Distância, e 113 cursos, segue, literalmente, paralisada.

Retração

Com os cortes no orçamento, não haverá dinheiro suficiente para atividades como construções de novos prédios, expansão do ensino para o interior do Estado, manutenção de bolsas de estudo, de trabalho e de pesquisa e concurso público

Falta de estrutura é um problema que atinge todos os campi do Estado

Imagine um curso universitário em pleno funcionamento com menos de sete professores especialistas na área? Parece irreal, mas não é em se tratando da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Um dos casos, segundo Suzana Barrios, professora do Centro de Educação (Cedu), nas áreas de Didática e Avaliação, pode ser constatado no curso de Dança. Para preencher a lacuna, docentes de outras áreas acabam tendo que se desdobrar, sair de suas áreas específicas de atuação. “Nós, por exemplo, do Centro de Educação, somos também do curso de Dança”, afirma, ao traçar um quadro considerado crítico vivido pela instituição de ensino superior referida em Alagoas.

A conversa com a professora e outros docentes da universidade transcorreu na semana que passou, na sede da Associação dos Docentes da Ufal (Adufal), no Farol, quando a entidade reuniu a imprensa para mostrar a situação que a instituição atravessa, o que por si, segundo os profissionais, justifica a paralisação da categoria que se prolonga por mais de cem dias. Pedem reajuste salarial, mas lutam, segundo eles, sobretudo, pelo resgate do ensino superior público e de qualidade.

“Essa precarização é um problema que está acontecendo em nível nacional, mas algumas universidades estão vivendo esse problema de uma forma mais emblemática. A nossa é uma delas”, observa a professora Suzana Barrios.

INTERIOR

A avaliação passa por todos os setores da universidade, desde o campus de Maceió aos do interior do Estado, onde o problema, segundo os docentes, é mais grave. A interiorização, anunciada pelo governo federal como um avanço sem igual em se tratando de ensino público superior, não funciona, pelo menos em Alagoas, como o anunciado. É o que afirmam os docentes.

“Nossa crítica maior é porque os cursos começam a funcionar sem a estrutura mínima. A gente nem está falando de uma estrutura ideal. Mas de uma situação na qual um curso, um campus ou um polo (no interior) começam a funcionar sem nenhuma estrutura. Com os cortes [no orçamento das instituições de ensino superior], isso vai se agravar”, avalia a professora.

Ela cita o caso do campus de Arapiraca, o primeiro instalado no interior de Alagoas e que está prestes a receber a primeira turma de Medicina. “A construção do campus de Arapiraca nasceu de uma promessa do governo federal na época. No entanto, começou de uma forma bastante precária. Se a gente já tem uma experiência que não é tão boa e o orçamento da universidade não aumentou considerando esse crescimento, perguntamos: por que a gente vai continuar fazendo dessa maneira? Queremos a expansão, ela é importante. O que estamos questionando é a forma como isso vem acontecendo”, diz.

A professora Suzana

Barrios traz como exemplo da falta de estrutura a implantação do curso de Medicina no campus de Arapiraca. “O curso já está com entrada de estudantes prevista [primeira turma] e não existe um espaço para funcionar. Vai começar nas salas de aula e no espaço já existente no campus de Arapiraca, mas sem uma estrutura específica para um curso que exige uma grande estrutura, se quisermos ter qualidade”, observa a professora, ao ressaltar que não existe, além da falta de espaço próprio, “Hospital Universitário, e mesmo que a gente diga que pode ser alocado em outros espaços, não há laboratórios específicos para as práticas que o curso requer”.

Se em Arapiraca o quadro que se desenha é esse, a situação, segundo a professora, se agrava em relação aos polos de Delmiro Gouveia, Penedo, Palmeira dos Índios e Santana do Ipanema, que está como um dos pontos emergenciais da pauta local, porque, há cinco anos, funciona em um prédio alugado. “O de Delmiro funcionou durante alguns anos numa escola pública e chegou a um ponto tal que a escola disse: ‘Olha, nós não queremos mais a universidade aqui’, porque nem a escola funcionava direito nem, obviamente, a universidade. O mais grave: já tem previsão de início de cursos no Litoral Norte, mas também não temos sede”, relata a professora. NR

Expansão estrutural da universidade é prejudicada pela falta de recursos

A professora Suzana Barrios faz, ainda, um resumo das propaladas construções de prédios, anunciadas como a expansão estrutural da Ufal. “Muitas construções estão paradas – mesmo no campus-sete de A.C. Simões. O caso do Centro de Educação é um. Temos um dos cursos com maior número de estudantes; formamos um número expressivo de alunos todo ano, mas o nosso prédio é mínimo. Em outros prédios faltam até salas para professores. Por exemplo, o curso de Educação Física, que faz parte do Centro de Educação. No prédio, até hoje os professores trabalham sem salas de aula, e o curso já funciona há muito tempo”, relata.

Ela vai além: “A Faculdade de Letras é uma construção nova. Acho esse um caso bastante emblemático no campus de Maceió. Você constrói um prédio administrativo de um lado da rua, do outro lado um

prédio de salas de aula e não coloca vigia no das salas de aula. O vigia que trabalha no administrativo fica olhando para o lado das salas de aula, sendo que o prédio onde as aulas acontecem tem duas entradas e mais um buraco que fizeram – acho que depois que construíram houve algum problema – para poder entrar caminhão”.

Conforme Suzana, o lugar é cheio de mato e conhecido entre os alunos como “Faixa de Gaza”. “À noite, muitos professores buscam outros espaços para dar aula, temendo assaltos. Então é um prédio que tem uma série de problemas, sobretudo de ventilação. Não tem ar-condicionado, e, se tivesse, não poderíamos usar por causa da economia de energia”.

Segundo a professora, nos prédios também falta acessibilidade. “No Instituto de Ciências Biológicas da Saúde, construído há mais de três anos, foram coloca-

das pedras na frente para não encher de água e lama, mas não tem o acesso adequado”, diz.

E a situação pode ficar ainda mais difícil. “Essa crise e esse corte orçamentário ainda não estão sendo tão percebidos por uma parte dos docentes porque muitas universidades estão paradas há mais de cem dias, mas algumas universidades já tiveram corte de energia por falta de pagamento. Nós tivemos uma ameaça e, talvez, se não estivéssemos parados e acumulássemos três meses sem pagar energia, houvesse o corte. Com a greve, o campus não funciona à noite, gasta-se bem menos em todos os sentidos, inclusive energia”, ressalta, ao informar que a crise é tamanha que “trabalhadores terceirizados estão sendo demitidos porque não está havendo o repasse para as empresas”. NR

Leia mais na página D2



Crise afeta construção de prédios para a expansão estrutural da universidade